

Uma semana decisiva

As relações do Brasil com seus credores internacionais desenvolvem-se nesta semana em vários e decisivos "fronts". Nesta segunda-feira começa a reunião do Banco para Compensações Internacionais (BIS), que congrega os bancos centrais dos países desenvolvidos, na cidade suíça de Basileia. Quatro dias depois vence a segunda prorrogação da parcela de US\$406 milhões de um empréstimo que o Brasil fez junto ao BIS.

É possível que seja necessária uma terceira prorrogação, porque o Brasil depende, a curto prazo, da liberação da segunda parcela de seu empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que continua emperrada e cujo nó se tentará desatar nesta terça-feira, em nova rodada de negociações entre os técnicos do FMI e as autoridades econômicas brasileiras.

Uma ajuda significativa para a situação pode ser dada pela missão de econo-

mistas dos principais credores do País, que estão há duas semanas examinando as contas do Banco Central e podem concluir seu relatório nesta semana. Eles já sabem, porém, que o fluxo de caixa brasileiro no exterior continuará apertado no mínimo até agosto.

As dificuldades de caixa e as complexas negociações com o FMI justificaram a repentina e misteriosa viagem do ministro Antônio Delfim Netto ao exterior na quinta-feira à noite. Ele e seu chefe de gabinete, Sérgio Faria Lemos, mais dois acompanhantes, tinham reserva para seis dias de hospedagem no Churchill Hotel, em Londres, que foi cancelada na sexta-feira. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, informou a jornalistas e à própria missão do FMI, no mesmo dia, que Delfim Netto estava em São Paulo. Mais tarde, Galvêas confessou que Delfim fora a Londres.

Na capital britânica, de acordo com Galvêas, Del-

fim estaria negociando um empréstimo para a Sunamam. No entanto, o correspondente deste jornal em Londres, Tom Camargo, apurou junto a dois grandes bancos locais que não há nenhum negócio em andamento com o Brasil que inclua reuniões com o ministro do Planejamento.

Havia fundadas razões para se concluir que Delfim Netto foi a um ponto específico da Europa, Genebra ou Basileia, onde também estaria, na sexta-feira, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, para tratar de uma pauta extensa de questões controversas.

O editor Reginaldo Heller apurou, no Rio de Janeiro, que De Larosière havia solicitado um encontro pessoal com Delfim há cerca de duas semanas, "necessariamente em qualquer lugar, menos no Brasil". O principal objetivo seria negociar os termos básicos do acordo entre o FMI e o governo de Brasília para libe-

rar a segunda parcela do empréstimo.

A certeza de que o acordo com o FMI sai é condição necessária para o prosseguimento das negociações brasileiras com os bancos credores e, ainda, para a concessão de um empréstimo-ponte de US\$ 600 milhões do Tesouro dos Estados Unidos, que cobriria com folga a dívida do Brasil vencida no BIS.

Esse enredo emaranhado tem como pano de fundo as negociações atualmente empacadas com a missão do Fundo, que é mais minuciosa — revisa exaustivamente temas anteriormente debatidos — do que supunham seus parceiros brasileiros. O estilo característico de atuação das missões do FMI provavelmente é um dos dados que embasam a previsão feita pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, a um interlocutor de sua confiança ouvido por este jornal: o acordo dificilmente estará sacramentado antes do dia 20.

Na última sexta-feira, segundo apurou em Brasília a editora Célia de Gouvêa Franco, a missão do Fundo iniciou as conversações com a firme expectativa de uma mudança na lei salarial que estabeleça o sistema de livre negociação — mas o lado brasileiro evitou qualquer compromisso nesse sentido. O secretário geral da Fazenda, Mallson Ferreira Nóbrega, confirmou ao repórter Severino Góes que o FMI apóia a emenda da livre negociação proposta pelo senador Jutahy Magalhães (PDS-BA).